



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 251/2015 (Autoria do Deputado Marcio Nunes)

Concessão de Título de Utilidade Pública ao  
Centro Paranaense da Cidadania –  
Cidadania e Qualidade de Vida, com sede e  
foro no Município de Curitiba.

**Art. 1º** Concede Título de Utilidade Pública ao Centro Paranaense da Cidadania – Cidadania e Qualidade de Vida, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator Pastor Essoy

Marcio Nunes



PROJETO DE LEI Nº 165/2015.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 MAR. 2015

1º Secretário

Súmula: Institui o mês de Março como "Mês da Mulher" no Estado do Paraná e lança a Campanha Estadual de Conscientização Contra a Violência à Mulher.

Art. 1º Fica instituído o mês de Março como o "Mês da Mulher" no Estado do Paraná, e, lança a Política de Conscientização Contra a Violência à Mulher.

Parágrafo Único – Inserir o instituído no caput artigo 1º ao Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.


Art. 2º O Poder Executivo desenvolverá durante o mês de março de cada ano, com a maior intensidade possível, a Campanha Estadual de Conscientização Contra a Violência à Mulher conclamando a população ao conhecimento da legislação e estrutura existente em Defesa dos Direitos da Mulher.

Art. 3º Os Poderes constituídos no Estado e nos Municípios poderão através dos seus setores competentes criarem as suas próprias campanhas e envolverem a iniciativa privada nas mesmas.

Art. 4º A iniciativa privada terá total e plena liberdade de criar suas campanhas de Conscientização Contra a Violência à Mulher as quais receberão a classificação de prestação de serviços à sua comunidade.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de março de 2015.

  
CANTORA MARA LIMA  
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

O artigo 196 da Constituição Federal afirma: "A saúde é direito de todos e dever do Estado mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". E com base nesse instrumento constitucional estamos propondo a criação de uma lei que venha de encontro à proteção do direito da mulher.

Apesar da luta por um número maior de legislação que proteja a mulher contra a violência física, moral, psicológica, sexual, empregatícia, ou qualquer outra forma de agressão contra a mulher, ainda existe muito por fazer.

O objetivo desta lei é educativo.

As estatísticas tem subido muito em relação à violência contra a mulher. A CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional destacou em um projeto proposto por ela que 43,7 mil mulheres no Brasil de 2000 a 2010 foram mortas sendo que 40% delas foram assassinadas dentro de suas casas por companheiros e ex-companheiro. Somente em Arapongas e Apucarana, no norte do Paraná, foram 12 mulheres assassinadas, sendo que metade delas foram cometidas pelo próprio marido, companheiro ou parceiro sexual. Em 2013, foram 11 assassinatos naquela região. O abuso de álcool e drogas é o principal motivo. O número de assassinatos de meninas, ou adolescentes e jovens tem crescido assustadoramente. Atualmente a Internet tem tido uma grande parte da culpa desses encontros marcados através das redes sociais.

Há necessidade de campanhas de esclarecimento para que as mulheres com menos conhecimento ou que não tenha muito acesso à informações atuais venham a se conscientizar de que precisam escolher os parceiros, namorados ou os próprios maridos e também a quem recorrer quando se sentirem ameaçadas.

Aproveitando o mês de março que nos encontramos, estamos propondo o presente projeto de lei procurando buscar nos Poderes Constituídos e na Sociedade do Paraná o apoio necessário para uma grande Campanha Estadual de Conscientização contra a Violência à Mulher.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 165/2015**

**Projeto de Lei nº. 165/2015**

**Autor: Deputada Mara Lima**

**Súmula:** Institui o mês de março "Mês da Mulher" no Estado do Paraná e lança a Campanha Estadual de Conscientização Contra a Violência à Mulher.

**EMENTA:** INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O MÊS DE MARÇO COMO "MÊS DA MULHER". POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUIVO GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Mês da Mulher", a ser celebrado anualmente no mês de Março.

O presente projeto tem como objetivo desenvolver políticas de conscientização contra a violência à Mulher.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às**





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**fontes da cultura nacional, e apolará e  
incentivará a valorização e a difusão das  
manifestações culturais.**

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora  
preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e  
integrada com a União, Municípios e a  
sociedade, tem o dever de assegurar os  
direitos relativos à saúde, à alimentação, à  
educação, ao lazer, à profissionalização, à  
capacitação para o trabalho, à cultura e  
de cuidar da proteção especial da família,  
da mulher, da criança, do adolescente, do  
idoso e do índio.**

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada  
na ora preposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os  
conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador,  
impedindo quaisquer distorções.

Vislumbra-se que o art. 2º do ora projeto de lei, atribui  
função ao Poder Executivo, o que é vedado por lei. De tal forma, faz-se  
necessário alterar o art. 2º do presente projeto de lei.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º,  
prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.**

O Assim, verifica-se que a presente emenda contém todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 24 de março de 2015.

Dep. Nelson Justus  
Presidente

Dep. Cláudia Pereira  
Relatora

APROVADO  
22.04.15.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 165/2015**

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei no 165/2015, passa a contar com a seguinte redação:

**Súmula: Institui no Estado do Paraná, o Mês da Mulher, a ser celebrado, anualmente no mês de março.**

**Art.1º** Fica instituído, no Estado do Paraná, o "Mês da Mulher", a ser celebrado anualmente no mês de Março.

**§1º** A data instituída no caput passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná

**Art.2º** Durante o período mencionado no art.1º, o Poder Público promoverá a Campanha Estadual de Conscientização contra a violência a Mulher, com a finalidade divulgar à população as legislações e estruturas existente em defesa dos Direitos da Mulher.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de março de 2015.

Dep. Nelson Justus  
Presidente

Dep. Claudia Pereira  
Relatora

**APROVADO**

22.04.15



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher



**PARECER AO PROJETO Nº 165/2015.**

**AUTORA: Deputada CANTORA MARA LIMA**

**Súmula: Institui o mês de março como "Mês da Mulher" no Estado do Paraná e lança Campanha Estadual de Conscientização contra a Violência à Mulher.**

## INTRODUÇÃO

O constante aumento da violência contra a Mulher não é um ato que acontece apenas no estado do Paraná, mas, é uma ocorrência constante no Brasil e no Mundo. A Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006 – que protege as mulheres da violência doméstica e familiar, deu proteção e gerou direitos de proteção a elas. Porém, não extinguiu o crescimento dos números nas estatísticas de agressões de todos os tipos às mulheres.

Por isso, é preciso que sejam apoiadas todas as medidas que forem propostas para se aumentar a divulgação de leis e medidas que possam formar uma política pública de enfrentamento à violência contra a mulher.

## FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em seu artigo 33-X diz que compete a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;

I – debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere a elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres;

II – Incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina;

IV – Apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica.

Assim, observando o Parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça, favorável à tramitação do referido projeto, com uma Emenda Substitutiva da própria CCJ estando, portanto, tudo conforme os preceitos constitucionais, creio ser o projeto de utilidade para as campanhas que o Estado desenvolve para a divulgação das formas de defesa dos direitos da mulher.

Considerando, também, que o conteúdo do projeto vem de encontro ao que preconiza o Governo do Estado, que vem expresso no documento em anexo da Área da Mulher, da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

Somos de PARECER favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 165/2015, de autoria da nobre deputada Cantora Mara Lima.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 2015.

Deputada CANTORA MARA LIMA

Presidente

Deputada CRISTINA SIQUEIRA

Relatora

CLAUDIA PEREIRA



PROJETO DE LEI 296/15

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná efetuar a alienação, por permuta, do imóvel que especifica localizado no Município de Toledo.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, a alienar, por permuta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no Município de Toledo, registrado sob Matrícula nº 7.938, do Cartório de Registro de Imóveis de Toledo, composto por conjunto de Lotes nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10 da Quadra nº 539, com área total de 4.279,50 m² e edificações, com identificação fiscal nº 0002.420.0040.0185.000, localizado na esquina das Ruas Rio Grande do Sul e Vitor Hugo, pelo imóvel (terra nua) de propriedade da Prefeitura Municipal de Toledo, com área de 8.348,11 m², constituído pela chácara nº 71, originária do desmembramento do Lote Rural nº 19.A.1 do Perímetro A da Fazenda Britânia, com Matrícula sob nº 61.995, conforme certidão expedida pelo 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo, local esse onde o Município construirá, às suas expensas, um armazém/escritório de no mínimo 1.500,00 m², conforme projetos elaborados pela CODAPAR.

**§ 1º** As edificações de que trata o *caput* deste artigo deverão ser executadas de acordo com os Projetos de Construção previamente aprovados pela CODAPAR e seus valores deverão compensar a diferença do valor do imóvel pertencente àquela Companhia e o valor do imóvel oferecido em permuta pelo Município de Toledo.

**§ 2º** A formalização da permuta no Cartório de Registro de Imóveis competente fica condicionada à conclusão das edificações de que trata o *caput* deste artigo, a serem realizadas pelo Município de Toledo.

**Art. 2º** As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Toledo.

**Art. 3º** A permuta deverá obedecer os ditames da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 22 ABR. 2015

**1º Secretário**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, a alienar, por permuta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no Município de Toledo, registrado sob Matrícula nº 7.938, do Cartório de Registro de Imóveis de Toledo, composto por conjunto de Lotes nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10 da Quadra nº 539, com área total de 4.279,50 m² e edificações, com identificação fiscal nº 0002.420.0040.0185.000, localizado na esquina das Ruas Rio Grande do Sul e Vitor Hugo, pelo imóvel (terra nua) de propriedade da Prefeitura Municipal de Toledo, com área de 8.348,11 m², constituído pela chácara nº 71, originária do desmembramento do Lote Rural nº 19.A.1 do Perímetro A da Fazenda Britânia, com Matrícula sob nº 61.995, conforme certidão expedida pelo 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo, local esse onde o Município construirá, às suas expensas, um armazém/escritório de no mínimo 1.500,00 m², conforme projetos elaborados pela CODAPAR.

Vale mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei aqui proposto constam dispositivos expressos no sentido de que: as edificações deverão ser executadas de acordo com os Projetos de Construção previamente aprovados pela CODAPAR; seus valores deverão compensar a diferença do valor do imóvel pertencente àquela Companhia e o valor do imóvel oferecido em permuta pelo Município de Toledo; a formalização da permuta no Cartório de Registro de Imóveis competente ficará condicionada à conclusão das edificações a serem realizadas pelo Município de Toledo; as providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Toledo; e, ainda, a permuta deverá obedecer os ditames da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.295.249-3

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em, 22 ABR 2015

Presidente



22/04/2015 00:18:17 DAP





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI 296/2015

Projeto de Lei nº 296/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 18/2015

**Súmula:** Autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná efetuar a alienação, por permuta, do imóvel que especifica localizado no Município de Toledo.

**EMENTA:** ALIENAÇÃO DE IMÓVEL DA CODAPAR POR PERMUTA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI FEDERAL 8.666/93. LEI ESTADUAL Nº 15.608/07. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 18/2015, visa autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR a efetuar a alienação, por permuta, do imóvel que especifica localizado no Município de Toledo.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ainda, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, estabelece regras para a alienação de bens da Administração Pública, conforme segue:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



(...)

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

Ademais o Art. 17, I, da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

Desta feita, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo está perfeitamente dentro da Constitucionalidade e Legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar 95/98 destinada a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

**APROVADO**

27.04.15

NÉLSON JUSTUS  
Presidente

ALEXANDRE CURI  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 296/15**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo - Mensagem nº 018/15, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, efetuar a alienação, por permuta, o bem imóvel de sua propriedade localizado no Município de Toledo, registrado sob Matrícula nº 7.938, do Cartório de Registro de Imóveis de Toledo, composto por conjunto de Lotes nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10 da Quadra nº 539, com área total de 4.279,50 m<sup>2</sup> e edificações, com identificação fiscal nº 0002.420.0040.0185.000, localizado na esquina das Ruas Rio Grande do Sul e Vitor Hugo, pelo imóvel (terra nua) de propriedade da Prefeitura Municipal de Toledo, com área de 8.348,11 m<sup>2</sup>, constituído pela chácara nº 71, originária do desmembramento do Lote Rural nº 19.A.1 do Perímetro A da Fazenda Britânia, com Matrícula sob nº 61.995, conforme certidão expedida pelo 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo, local esse onde o Município construirá, as suas expensas, um armazém/escritório de no mínimo 1.500,00 m<sup>2</sup>, conforme projetos elaborados pela CODAPAR.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta encontra-se justificada.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

Constata-se que o autor da matéria tem legitimidade para propor o Projeto de Lei em questão, consoante o art. 65 da Constituição Estadual.

Da mesma forma a Constituição Estadual em seu art. 10 parágrafo único, dispõe sobre as alienações dos bens imóveis do Estado, mais especificamente no que tange a autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado.

Sendo assim, a matéria encontra-se em perfeita consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda observa o autor, de acordo com o art. 2º da Proposta de Lei, que as despesas decorrentes da escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis, ficam sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Toledo.

**CONCLUSÃO**

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/05/15

Dep. Thiago

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

Dep. Lúcio

Dep. Elísio